



TERMO DE COMPROMISSO Nº 152/2022

Origem: Processo GAIA nº 10106201956829; AIA nº: 11932/D

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina, com jurisdição em todo o território catarinense, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, sito a Av. Mauro Ramos, nº 428, Centro, Florianópolis (SC), neste ato representada pelo seu Presidente Daniel Vinicius Netto, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 278.027-7 e CPF/MF de nº 712.085.349-04, residente e domiciliado no Município de São José (SC) doravante denominado IMA e, de outro lado, En Energia Ltda pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.988.488/0001-78, com residência na cidade de Chapecó, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/2009 – Código Estadual do Meio Ambiente, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO fundado nas cláusulas que sequem.

CONSIDERANDO a ação fiscalizatória ocorrida em 18/06/2019, que resultou no Auto de Infração número 11932-D, em face de En Energia Ltda, pelos seguintes fatos:

Descrição do AIA 11932-D: No dia 18 de junho de 2019, dirigiram-se ao local da infração (coordenadas Lat. -26.942794°e Long. -52.471969°) para fiscalização o 2º Sargento - Claudemir Padilha dos Santos, o Soldado Volnei Antunes de Souza, ambos da Polícia Militar Ambiental e o Analista Técnico em Gestão Ambiental do IMA Alessandro Antonioli. Ao chegar no local da ocorrência foi verificado que houve implantação de um empreendimento de geração de energia sem as devidas licenças ambientais. Para implantação deste empreendimento, foram suprimidas espécies arbóreas nativas, também ocorreu intervenção em curso hídrico para implantação de barramento. Nas margens de curso hídrico na área de preservação permanente houve supressão de vegetação e movimentação de terra, com a intenção de fazer estruturas para a casa de força.

CONSIDERANDO que foi apresentada pelo autuado, em 07/07/2022 sob protocolo SGP-e IMA ATA IMA 528/2022, proposta para firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO;

CONSIDERANDO a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

CONSIDERANDO os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e, uma das finalidades do Instituto do Meio Ambiente – IMA que buscam a compatibilização da preservação ambiental com o desenvolvimento econômico e, que o valor da multa pode ser convertido em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;

CONSIDERANDO tratar-se o IMA de autarquia pública estadual, responsável pelo licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e pela proteção e conservação do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que em caso de descumprimento do Compromisso de Ajustamento, pela compromissária, caberá o ajuizamento de ação de execução para busca da satisfação das obrigações previstas no Termo;

CONSIDERANDO, enfim, as funções institucionais do IMA, dentre as quais se encontra a





legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme previsto no art. § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e na Portaria Conjunta IMA/CPMA Nº 143/2019.

CONSIDERANDO QUE: na analise preliminar foi verificado que O Administrado apresentou defesa prévia, analisado pelo agente autuante que na contradita ratificou as alegações de defesa no tocante a infração ao art. 62 IX, informando que a mesma deve ser desconsiderada, haja vista a falta de provas no quesito poluição.

CONSIDERANDO QUE: Após analise da documentação foi elaborado despacho Saneador 17/2022, readequando o valor da multa indicada considerando a manifestação acerca da defesa prévia elaborada pelo agente autuante, desqualificando a sanção imposta referente ao art. 62 IX do Decreto 6514/08 no valor indicado de R\\$ 270. 000,00 (duzentos e setenta mil reais). Permanecendo as infrações ao art. 43 e 66 do decreto 6514/08.

CONSIDERANDO QUE: De acordo com despacho saneador e Analise preliminar o valor indicada de R\\$ 312.660,00 (trezentos e doze mil seiscentos e sessenta Reais) foi reajustado estabelecendo o valor final da multa consolidada em R\\$ 42660, 00 (quarenta e dois mil seiscentos e sessenta Reais.

CONSIDERANDO QUE: na audiência de conciliação realizada em 07/07/2022, a administrada, EN ENERGIA LTDA, representada por sua procuradora DRª TANIA MARIA MARCOLAN, optaram pela conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do Meio ambiente, através de Termo de Compromisso, conforme arts. 123 a 134 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019.

CONSIDERANDO QUE o PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADAS PELO IMA, possui uma Instrução Normativa nº 79 que Estabelece procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e a desapropriação de imóveis localizados no interior dos limites de Unidades de Conservação Estaduais.

CONSIDERANDO QUE: que o autuado aplicará um valor de R\\$ 17.064,00 (dezessete mil e sessenta e quatro Reais), manutenção de unidades de conservação, mediante deposito identificado com numero de CNPJ do depositante e numero do AIA e termo de compromisso a que se refere.

CONSIDERANDO QUE: o administrado solicitou o parcelamento do valor da multa convertida em 4 vezes de R\\$ 4266,00 (quatro mil duzentos e sessenta e seis Reais) o que lhe foi deferido, e que o não pagamento de uma das parcelas implicara em descumprimento do termo de compromisso .

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.





CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

I - DO IMA:

- a) Orientar e supervisionar a execução da ação do objeto deste TERMO;
- b) Suspender a exigibilidade da multa aplicada com a assinatura deste Termo de Compromisso.

II - DA COMPROMISSÁRIA:

- a) A conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será realizada em conformidade com o art. 142-A, inciso II do Decreto Federal Nº 6.514/08;
- b) Em conformidade com o art. 140, inciso VII do Decreto Federal Nº 6.514/08, serão realizados os seguintes serviços: Apoio financeiro na obtenção de recursos para o PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADAS PELO IMA, para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação Estaduais administradas pelo IMA.;
- c) No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente os autos serão instruídos com comprovante de depósito integral em conta garantia em banco público, referente ao valor do projeto selecionado ou à respectiva cota-parte de projeto, nos termos definidos pelo órgão federal emissor da multa
- d) Fazer cessar, corrigir e/ou recuperar o dano ambiental decorrente da infração objeto do Auto de Infração Ambiental, conforme o caso, de acordo com o §1º do art. 143 do Decreto Federal Nº 6.514/08, apresentando projeto a ser aprovado pelo IMA, caso necessário;
- e) A compromissária expressamente renuncia o direito de recorrer administrativamente, nos termos do §4º do art. 146 do Decreto Federal Nº 6.514/08 e art. 132, § 4º da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente Termo de Compromisso.
- f) A compromissaria se compromete a efetuar o deposito bancário diretamente ao conta de manutenção de unidades de conservação na Conta Corrente nº 800040-9, Agência 3582-3, do Banco do Brasil (Manutenção de
- Unidades de Conservação) o valor de R\\$ 17.064,00 (dezessete mil e sessenta e quatro Reais), divididos em quatro parcelas iguais de R\\$ 4266,00 (quatro mil duzentos e sessenta e seis Reais) mensais.
- g) O pagamento pelo compromissário será através de depósito bancário diretamente ao Conta Corrente nº 800040-9, Agência 3582-3, do Banco do Brasil (Manutenção de Unidades de Conservação) o valor mensal de R\\$ 4266,00 (quatro mil duzentos e sessenta e seis Reais) devendo serem pagas em 10 dias, 30, 60 e 90 dias da assinatura do termo de compromisso, devendo o compromissário enviar cópia do comprovante de depósito, para que seja juntado ao processo. (não sendo aceito deposito por envelope)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MULTA/CONVERSÃO

a) Após o deferimento da conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, será aplicado ao valor da multa consolidada o





desconto de 60% (sessenta por cento), em conformidade com a hipótese prevista no inciso II do art. 142-A do Decreto Federal Nº 6.514/08;

- b) O valor resultante do desconto não poderá ser inferior ao valor mínimo legal aplicável à infração;
- c) O valor dos custos dos serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será igual ou superior ao valor da multa convertida.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

- a) No caso de rescisão, ou na hipótese do inadimplemento do pagamento da compensação ambiental, as licenças ambientais emitidas serão automaticamente suspensas;
- b) Da inadimplência parcial ou total de alguma das cláusulas deste Termo de Compromisso será aplicado multa diária no valor de R\$ 2.133,00 incidente a partir do término do prazo assinado sem o devido cumprimento;
- c) O Compromissário expressamente renuncia a defesa ou recurso administrativo em relação à compensação ambiental devida, bem como a interposição de medida ou ação judicial de qualquer espécie, em face das cláusulas estabelecidas no presente Termo de Compromisso, bem como, em relação às penas decorrentes da inadimplência. Os efeitos da renúncia continuam vigorando mesmo no caso de rescisão do presente;
- d) O IMA poderá suspender os efeitos do presente Termo de Compromisso em caso fortuito, força maior ou por determinação judicial;
- e) A celebração do presente Termo de Compromisso não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas, civis, penais e judiciais frente a futuro descumprimento pela Compromissária das normas ambientais vigentes;
- f) No caso de rescisão, ou na hipótese de interrupção do cumprimento da conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente pela compromissária.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

- a) O presente termo entra em vigor na data da sua assinatura e terá validade de 6 (seis) meses.
- b) Sob pena de ineficácia, a Compromissária deverá publicar no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do presente, Extrato, conforme modelo fornecido pelo IMA, às expensas da Compromissária.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instrumento serão dirimidos no Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiados que seja.

O IMA não arcará com qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura do presente Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência pelo compromissado.





Fica dispensada a publicação em diário Oficial do Estado nos termos do art . 120. inc. IX da Portaria conjunto IMA/CPMA 143/2019 por se tratar de infração de pequeno potencial ofensivo e de infrator de poucas condições econômicas, será feita a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 01 (uma) via. a qual após a assinatura será digitalizada e anexada ao processo, para que produzam, entre si, os legítimos efeitos de direito.

Chapecó,25 de outubro de 2022		
Daniel Vinicius Netto Presidente	En Energia Ltda CNPJ: 30.988.488/0001-78	
Testemunha 01: Nome:	Testemunha 02: Nome: RG	





Modelo de Publicação do Extrato do Termo de Compromisso no Diário Oficial do Estado

Extrato do Termo de Compromisso nº. 152/2022 - IMA En Energia Ltda, CNPJ: 30.988.488/0001-78, informa que celebrou Termo de Compromisso com o Instituto do Meio Ambiente – IMA, em 25 de outubro de 2022, tendo por objeto a conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos do disposto no artigo 140, inciso VII do Decreto Federal 6.514/08.